

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

Sensibilidade do risco do seguro - O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras pertencentes ao Grupo com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR e Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para o risco de seguro e a Provisão de Insuficiência de Contribuições - PIC para o risco de previdência. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nestas demonstrações financeiras: **a)** Provisões Técnicas: recalculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo; **i)** IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência e a data de aviso dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores; **ii)** PIP: agravado de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% na sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras; **b)** Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira; **c)** Taxa de juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros.

Fator de Risco	Efeito	Sensibilidade	2012		2011	
			Patrimônio Líquido/Resultado	%	Patrimônio Líquido/Resultado	%
Técnicas						
Alteração das principais premissas das provisões técnicas:						
a1. IBNR	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(203.736)	(54.128)	(147.251)	(34.911)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	Agravo de 5% na Tábua de Mortalidade	(32.138)	(8.129)	(22.950)	(5.529)
	Redução	Redução de 1% na Taxa de desconto da PIP	(112.601)	(28.529)	(85.129)	(20.829)
a3. PIC de longo prazo	Redução	Redução de 1% na Taxa de desconto da PIP	(4.692)	(1.177)	(4.120)	(1.014)
	Redução	Suavização de 10% na Tábua de Mortalidade				
		Como uma elevação de 5%				
b. Sinistralidade	Aumento	na sinistralidade afetaria o exercício	(205.585)	(51.743)	(249.173)	(61.293)
		Como uma redução de 1%				
c. Taxa de Juros	Redução	na taxa de juros afetaria o exercício	42.848	10.615	229.335	57.335

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o Grupo. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro** - A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que o Grupo opera com diversos tipos de ramos e produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, o Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O Grupo adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *RATINGS* atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. **Gerenciamento do risco de crédito** - As resseguradoras são sujeitas a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de riscos de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites para alocação, conforme demonstrado a seguir: ***** Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. ***** O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. O Grupo utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *Stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido do Grupo em condições normais e em condições de *Stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo. **Exposição ao risco de crédito de seguro**: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *RATINGS* atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. Até 31 de dezembro de 2012, os parceiros de resseguros eram:

MAPFRE Seguros Gerais S.A.	% Cessão	Rating
Local	33,00%	não há
Local	12,85%	não há
Local	0,70%	não há
Local	0,47%	não há
Local	0,17%	não há
Local	0,00%	não há
Admitido	9,85%	A+
Admitido	27,50%	A+
Admitido	2,10%	AA-
Admitido	1,90%	AA-
Admitido	1,81%	A+
Admitido	1,66%	AA-
Admitido	0,70%	A+
Admitido	0,39%	AA-
Admitido	0,37%	AA-
Admitido	0,30%	A+
Admitido	0,26%	AA-
Admitido	0,17%	A+
Admitido	0,10%	A+
Admitido	0,08%	A+
Admitido	0,05%	AA-
Admitido	0,05%	A+
Admitido	0,04%	A+
Admitido	0,03%	AA-
Admitido	0,02%	A
Admitido	1,46%	A
Eventual	1,11%	A-
Eventual	0,39%	AA+
Eventual	0,31%	AA-
Eventual	0,31%	AA-
Eventual	0,28%	AA-
Eventual	0,00%	A
Eventual	0,24%	A+
Eventual	0,21%	A+
Eventual	0,16%	BBB+
Eventual	0,13%	A+
Eventual	0,13%	A
Eventual	0,09%	AA-
Eventual	0,09%	AA-
Eventual	0,08%	A-
Eventual	0,06%	AA-
Eventual	0,04%	AA-
Eventual	0,04%	A+
Eventual	0,04%	A+
Eventual	0,03%	A+
Eventual	0,02%	A+
Eventual	0,02%	A-
Eventual	0,02%	A
Eventual	0,01%	A+
Eventual	0,00%	A+
Eventual	0,00%	AA-
Total	100,00%	

Vida Seguradora S.A.	% Cessão	Rating
Local	3,64%	não há
Local	91,18%	não há
Admitido	5,18%	A+
Total	100,00%	

MAPFRE Vida S.A.	% Cessão	Rating
Local	99,86%	não há
Local	0,14%	não há
Total	100,00%	

Companhia de Seguros Aliança do Brasil	% Cessão	Rating
Local	98,48%	não há
Local	1,52%	não há
Total	100,00%	

Aliança do Brasil Seguros S.A.	% Cessão	Rating
Local	31,62%	não há
Local	47,65%	não há
Admitido	2,44%	A+
Admitido	0,52%	A
Admitido	15,58%	A
Admitido	0,88%	AA-
Admitido	1,30%	A+
Total	100,00%	

MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.	% Cessão	Rating
Local	100,00%	não há
Total	100,00%	

MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	% Cessão	Rating
Local	100,00%	não há
Total	100,00%	

MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	% Cessão	Rating
Local	32,23%	não há
Local	67,77%	não há
Total	100,00%	

Classificação	2012				Total
	I. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	II. Ativos financeiros disponíveis para venda	III. Ativos financeiros mantidos até o vencimento	IV. Outras Aplicações	
AA	281.571	-	-	-	281.571
AA-	1.864.348	-	2.512	-	1.866.860
AAA	134.243	-	154.769	-	289.012
BB	2.854.009	266.055	2.100.862	-	5.220.926
BBB	60.601	267.974	44.893	-	373.468
Sem Rating	2.199.976	213.570	30.975	27.098	2.471.619
Total	7.394.748	747.599	2.334.011	27.098	10.503.456

Classificação	2011				Total
	I. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	II. Ativos financeiros disponíveis para venda	III. Ativos financeiros mantidos até o vencimento	IV. Outras Aplicações	
AA	1.885.857	76.746	-	-	1.962.603
AA-	89.077	102.827	-	-	191.904
AA-	95.769	-	-	-	95.769
AAA	2.049	-	-	-	2.049
AAA	2.257.780	613.847	2.153.948	-	5.025.575
BB	-	-	-	-	-
BBB	26.256	-	-	-	26.256
Sem Rating	410.738	186.877	-	61.261	658.876
Total	4.767.556	980.297	2.353.893	61.261	8.163.007

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. O Grupo possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez** - O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management - ALM*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Segue abaixo a análise dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros:

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

	Controladora			Consolidado		
	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	Total	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	313	-	313	254.270	-	254.270
Valor justo por meio do resultado	280.992	-	280.992	5.045.128	1.237.905	1.111.715
Disponível para venda	-	-	-	209.297	318.250	220.052
Mantidos até o vencimento	-	-	-	258.062	1.850.915	225.034
Créditos das operações de seguros e resseguros	-	-	-	3.337.014	500.919	-
Créditos das operações de previdência	-	-	-	401	-	401
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	3.975	-	3.975
Ativos de resseguro	-	-	-	1.015.455	65.325	29.548
Créditos tributários e previdenciários	10.724	-	10.724	478.746	841.369	-
Créditos antecipados	-	-	-	10.825	179	-
Custo de operações diferidos	-	-	-	1.003.436	231.688	163.535
Outros ativos	213.027	-	213.027	551.871	1.365.710	-
Total dos ativos financeiros	505.056	-	505.056	12.168.480	6.412.260	1.749.884
Contas a pagar	640	-	640	1.406.115	6.079	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	-	1.635.815	-	1.635.815
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	-	7.080	-	7.080
Depósitos de terceiros	-	-	-	89.130	-	89.130
Provisões técnicas - previdência complementar	-	-	-	49.970	1.293.370	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	-	-	7.555.429	1.034.996	1.035.774
Passivos financeiros	-	-	-	20.363	-	20.363
Outros débitos	-	-	-	584.339	584.339	-
Total dos passivos financeiros	640	584.339	584.979	10.763.902	5.515.411	1.035.774

d) Risco de mercado: O Grupo adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas "Stress Testing" e "Value At Risk - VaR" e posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss". O Grupo acompanha o VaR da carteira de investimento diariamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O risco da carteira é apresentado em reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas do Grupo. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. **Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado 2012** (39.869) **Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado 2011** (858.191) Elevação da taxa de juros * (39.869) Redução da taxa de juros * 42.848 (*) Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. (**) A relevância entre valores comparativos entre o ano de 2012 e 2011, ocorreu devido ao ano 2011, não ter sido elaborado uma análise dos efeitos consolidados, mas sim a soma dos impactos calculados nas empresas individuais. e) **Riscos operacionais:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. No Grupo, a gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, e no estabelecimento de controles para evitar a ocorrência de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais é desenvolvido pela área de Controles Internos Corporativos, que segue as orientações da Holding espanhola, mas com a área de forma independente no Brasil. A partir de um aplicativo exclusivo denominado "RiskMap", cerca de 600 fatores de risco são previamente identificados, distribuídos por tipos de risco, por áreas de risco e por processos e subprocessos operacionais. Cada um dos fatores de risco é avaliado periodicamente pela maioria dos gestores, por meio de um processo de *Control-Self Assessment*, que resulta em mapas de risco que permitem visualizar variáveis como probabilidade de ocorrência, importância relativa e grau de controle de cada risco avaliado. Posteriormente são estabelecidas ações para manter em equilíbrio os níveis das três variáveis, estabelecidos em cinco graus (de muito baixo a muito alto). Além de serem obtidos por tipo de risco, por processo ou por subprocesso, os mapas de risco também podem ser visualizados desde um setor de negócio (Automóvel, Vida, Ramos Elementares, Garantia, Previdência), de uma atividade de *Back-Office* (Recursos humanos e Jurídico), Controladora e Investimentos) ou até de uma posição consolidada do Grupo, passando em cada uma das empresas que o compõem. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: i. Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; ii. Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; iii. Cumprimento com exigências regulatórias e legais; iv. Documentação de controles e procedimentos; v. Exigências para a avaliação de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; vi. Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; vii. Desenvolvimento de planos de contingência; viii. Treinamento e desenvolvimento profissional; ix. Padrões éticos e comerciais; e x. Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, o Grupo dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *Compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, onde a matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de

Fator de Risco	2012		2011	
	Líquido/Resultado	%	Líquido/Resultado	%
Elevação da taxa de juros*	(39.869)	(9.869)	(858.191)	(21.191)
Redução da taxa de juros*	42.848	10.615	1.214.802	(30.191)

Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo de vencimento e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	2012			2012					
	1 a 30 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	280.992	280.992	280.992	4.680.082	223.109	142.008	2.349.643	7.394.748	7.394.169
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	1.676	-	-	-	1.676	1.676
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	157	-	2.179	2.336	2.336
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	-	-	-	2.240	2.240	2.240
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	-	-	-	426.418	-	-	-	426.418	426.418
Fundos não exclusivos	280.992	280.992	280.992	443.183	-	-	-	443.183	442.604
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	-	-	34.406	57.877	92.283	92.283
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

avaliado utilizando dados significativos não observáveis se, na opinião da Administração, uma parte significativa do valor contábil e/ou lucro na contratação ("ganho ou perda no primeiro dia") do instrumento é calculada utilizando-se dados não observáveis. "Não observáveis" nesse contexto significa que há pouco ou nenhum dado de mercado atual disponível que possa determinar o preço em que a transação seria provável de ocorrer. Isso geralmente não significa que não há dados disponíveis em todos os mercados para a determinação do valor justo (o consenso de preço pode, por exemplo, ser utilizado). Além disso, em muitos casos, a maioria dos valores justos derivados de técnicas de avaliação com dados significativos não observáveis pode ser atribuída aos dados observáveis. Consequentemente, o efeito da incerteza na determinação dos dados não observáveis será restrita à incerteza do valor justo do instrumento financeiro que está sendo mensurado. Para ajudar a compreender a extensão e a amplitude dessa incerteza, informações adicionais são fornecidas na seção intitulada "Efeito das mudanças significativas em premissas não observáveis em cenários razoavelmente possíveis" abaixo. Todas as posições líquidas de instrumentos financeiros não derivativos e todos os derivativos são valorizados pelos preços de compra e venda quando apropriado. As posições compradas são marcadas pelo preço de venda e as posições vendidas pelo preço de compra. O valor justo de uma carteira de instrumentos financeiros cotados em mercado ativo é calculado pelo produto do número de unidades e seu preço cotado sendo que nenhum desconto é efetuado.

Títulos	2012		2012		Total
	Controladora		Consolidado		
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2 Nível 3	
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	280.992	280.992	5.079.954	2.314.794	- 7.394.748
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	1.676	1.676
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	2.336	-	2.336
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	-	-	398.903	-	398.903
Letras Financeiras (LF)	-	-	29.755	-	29.755
Fundos não exclusivos	280.992	280.992	443.183	-	443.183
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	92.283	92.283
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	130.005	130.005
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.308.770	-	1.308.770
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	1.238.485	-	1.238.485
Operações compromissadas	-	-	296.067	-	296.067
Over	-	-	1.085.977	-	1.085.977
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	-	266.339	-	266.339
SWAP	-	-	42.590	-	42.590
Fundos de investimentos - abertos/outras	-	-	103.883	-	103.883
Fundos no exterior	-	-	-	6.670	6.670
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos PGBL/VGBL	-	-	-	1.864.348	1.864.348
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	-	-	60.601	-	60.601
Ajustes DI	-	-	1.212	-	1.212
Fundos no exterior	-	-	21.665	-	21.665
II. Títulos disponíveis para venda	-	-	126.056	621.543	747.599
Debêntures	-	-	283.336	-	283.336
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	72.766	72.766
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	126.051	-	126.051
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	179.927	179.927
Depósito Bancário com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	85.514	85.514
Título de Capitalização	-	-	5	-	5
III. Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	2.034.711	299.300	- 2.334.011
Carteira Própria	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	238.754	238.754
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	25.456	-	25.456
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	39.000	-	39.000
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	30.976	30.976
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	1.899.579	-	1.899.579
Debêntures	-	-	-	29.570	29.570
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	70.676	-	70.676
IV. Outras Aplicações (*)	-	-	-	27.098	27.098
Total Geral	280.992	280.992	7.240.721	3.235.637	27.098 10.503.456

(*) A Administração não classificou em nenhuma das categorias acima, tão pouco como na hierarquia do valor justo, uma vez que as mesmas não possuem mercado ativo.

Títulos	2011		2011		Total
	Controladora		Consolidado		
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2 Nível 3	
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	12.453	12.453	1.908.854	2.858.702	- 4.767.556
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	96.965	96.965
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	263.768	-	263.768
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	-	-	-	333.387	333.387
Letras Financeiras (LF)	-	-	32.387	-	32.387
Fundos não exclusivos	12.453	12.453	-	-	-
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	9.873	-	9.873
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	152.729	-	152.729
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	281.785	-	281.785
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	372.233	-	372.233
Operações compromissadas	-	-	196.168	-	196.168
Opções de futuros	-	-	264	432	696
Over	-	-	573.942	-	573.942
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	-	-	685.984	685.984
SWAP	-	-	244	-	244
Termo do Tesouro	-	-	25.169	-	25.169
Fundos de investimentos - abertos/outras	-	-	-	122.706	122.706
Fundos no exterior	-	-	292	-	292
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos PGBL/VGBL	-	-	-	1.544.844	1.544.844
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	-	-	61.180	-	61.180
Debêntures	-	-	-	3.655	3.655
II. Títulos disponíveis para venda	-	-	487.330	492.967	980.297
Debêntures	-	-	139.154	-	139.154
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	116.384	116.384
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	182.117	-	182.117
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	81.425	81.425
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	302.306	-	302.306
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	2.907	-	2.907
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	26.830	26.830
Depósito Bancário com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	129.174	129.174
III. Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	2.041.356	312.537	- 2.353.893
Carteira Própria	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	219.433	219.433
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	873.141	64.990	938.131
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	97.551	-	97.551
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	28.114	28.114
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.070.664	-	1.070.664
IV. Outras Aplicações (*)	-	-	-	61.261	61.261
Total Geral	12.453	12.453	4.437.540	3.664.206	61.261 8.163.007

(*) A Administração não classificou em nenhuma das categorias acima, tão pouco como na hierarquia do valor justo, uma vez que as mesmas não possuem mercado ativo. c) *Instrumentos Financeiros Derivativos*: Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo possui contratos futuros de DI, soja e dólar, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmio dos produtos do ramo de agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

Derivativos	2012		2011	
	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber (Pagar)
LTN	3.300	330.000	293.395	(84)
NTN	2.710	271.000	225.012	(83)
Total	6.025	601.345	518.576	(167)

Derivativos	2011		2011	
	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber (Pagar)
Opções de Dólar	95	8.910	8.195	-
Opções de Soja	412	9.390	9.002	-
LTN	3.500	350.000	276.978	(130)
NTN	2.235	224.758	169.075	598
Contratos de Swap	28	27.722	27.722	746
Total	6.270	620.780	490.972	1.214

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	Adiantamentos a funcionários	-	-	15.017
Adiantamentos administrativos	-	-	357	128
Outros adiantamentos	-	-	19	3.964
Aluguéis a receber	-	-	207	460
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-
Títulos a receber	-	-	14.163	54.921
Dividendos a receber	213.027	398.118	-	335.935
Valores a receber de seguro agrícola (a)	-	-	103.975	38.936
Valores a receber de seguro cartão de crédito (b)	-	-	-	11.276
Outros créditos a receber (c)	-	71.936	175.214	385.251
Total Circulante	213.027	470.054	308.952	836.728

Títulos e créditos a receber
Depósitos judiciais e fiscais
Outros créditos a receber
Outras contas a receber
Total não Circulante

(a) Refere-se a valores a receber provenientes do subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (b) Refere-se a valores a receber decorrentes da baixa dos seguros pagos com cartão de crédito e pendentes de recebimento da operadora do cartão. (c) Substancialmente composto por valores a receber da venda da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência no valor de R\$ 67.231.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos Diferidos	-	-	-	-
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	2.124
Tributos diferidos - ágio	-	-	8.304	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	13.883	-
Tributos a compensar	2.676	-	17.428	68.588
Tributos retidos na fonte	-	-	24.705	5.080
IOF a compensar	-	-	-	22
Antecipação de imposto de renda	2.596	114	297.030	15.176
Antecipação de contribuição social	5.452	-	81.033	9.065
Outros créditos	-	-	1.155.556	1.040.897
Outros créditos a receber	-	-	375	14.645
Outras contas a receber	-	-	760	375
Total não Circulante	-	-	1.171.670	1.055.917

(a) Refere-se a valores a receber provenientes do subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (b) Refere-se a valores a receber decorrentes da baixa dos seguros pagos com cartão de crédito e pendentes de recebimento da operadora do cartão. (c) Substancialmente composto por valores a receber da venda da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência no valor de R\$ 67.231.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

a) **MAPFRE Nossa Caixa Seguros e Previdência S.A.**: Em maio de 2005, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. (antecedente da atual MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.) adquiriu 51% das ações ordinárias da Nossa Caixa Seguros e Previdência, uma subsidiária do banco estatal paulista Nossa Caixa. MAPFRE através deste acordo adquiriu exclusividade na comercialização de seguros de vida e previdência na rede de agências do banco por um período de 20 anos. Em 25 de julho de 2007, a Portaria SUSEP nº 2.714, homologou a transferência do controle acionário da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. para MAPFRE Participações Ltda., cujo controle acionário pertencera a MAPFRE Seguros Gerais S.A. O acordo entre os sócios previa que, em caso de transferência de controle da Nossa Caixa, a MAPFRE teria a opção de vender a sua participação para a instituição que viesse a assumir o banco. Em 2009, o Banco do Brasil

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

adquiriu o Banco Nossa Caixa, contudo a MAPFRE não tinha intenção de exercer a opção de venda. Essa opção de venda (PUT Option), na essência, foi exercida com o acordo de parceria firmado entre a MAPFRE e o Banco do Brasil. Na parceria os valores das carteiras foram mensurados a valor justo. A participação de 51% do Grupo MAPFRE na MAPFRE Nossa Caixa foi avaliada ao valor justo pelo montante de R\$ 801.500 e a diferença entre o saldo contábil de R\$ 254.262 e o valor justo foi registrado como ágio na negociação no valor de R\$ 547.238 composto o valor da contraprestação transferida de R\$ 1.515.147 descrito na nota 25 de "Combinação de Negócios".

Saldo em 31/12/2010	Inves- timen- to (*)	Alienação de inves- timen- to	Registro do valor da PUT (†)	Baixa do registro do valor da PUT	Valor a receber (†)	Saldo em 31/12/2011
-	-	-	801.500	(801.500)	547.238 (547.238)	-

MAPFRE Participações Ltda. - 254.262 (254.262) 801.500 (801.500) 547.238 (547.238) -
(1) Referente à aquisição da MAPFRE Participações Ltda. Saldo registrado pelo valor contábil. (2) Refere-se ao registro do exercício da Opção de Venda (PUT Option) efetuado pela MAPFRE Brasil Participações S.A. O valor justo da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. era de R\$ 801.500. A diferença entre o valor justo da carteira de vida da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência pertencente a MAPFRE Brasil Participações S.A. gerou uma troca de participação no montante de R\$ 547.238. (3) Diferença entre valor contábil e valor justo gerou um valor a receber de R\$ 547.238 pela MAPFRE Brasil Participações S.A., utilizado na troca de participações entre MAPFRE e o Banco do Brasil no acordo de parceria. b) **Outros ativos não correntes disponíveis para venda**: O Grupo detém certos ativos que são mantidos para a venda, como salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Bens à venda	135.709	108.300
Outros valores	58.331	37.445
Total	194.040	145.745

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Resultado do PPA	(% de Participação)	Saldos em 31/12/2011	Dividendos	Exercício	Anteriores	Equivalência Patrimonial	Transferência PPA	Alienação Investimentos	Saldos em 31/12/2012
BB MAPFRE SH1 Participações	2.050.198	2.584.349	352.878	157.597	25,01%	1.670.957	(137.294)	137.958	-	-	-	-	1.671.757
MAPFRE BB SH2 Participações	1.968.380	2.301.459	213.752	(15.532)	50,00%	1.314.075	(63.412)	99.110	-	17.505	-	-	1.367.278
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. Detector Desenvol. Técnicas Transf. e Adm. de Riscos	38.510	43.260	333	-	100,00%	58.800	-	-	-	-	-	(58.800)	-
Cesvi Brasil - Centro de Exp. e Segurança Viária Ltda. MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.	4.145	4.350	351	-	100,00%	4.000	-	-	-	-	-	(4.000)	-
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	14.220	12.906	2.295	-	99,99%	10.611	-	-	-	-	-	(10.611)	-
MAPFRE Capitalização S.A.	42.218	48.573	4.243	-	100,00%	43.182	-	4.243	1.147	-	-	-	48.572
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	13.800	20.587	756	-	100,00%	19.831	-	756	-	-	-	-	20.587
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	12.000	17.993	2.041	-	100,00%	23.952	(8.0						

21. CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

a) Composição das ações judiciais de sinistros:

	2012		2011			
	Valores	Valores	Valores	Valores		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Reclamado	Provisão	Quantidade	Reclamado	Provisão
Possível	5.085	278.107	221.516	4.413	246.404	193.947
Provável	14.417	392.889	443.702	16.315	381.910	444.152
Remota	1.541	17.820	11.494	901	13.188	4.567
Total	21.043	688.816	676.712	21.629	641.502	642.666

b) Outras provisões judiciais não relacionadas a sinistros:

	2012		2011	
	Provisões Judiciais (*)	Depósitos Judiciais (*)	Provisões Judiciais (*)	Depósitos Judiciais (*)
Cíveis	73.558	181.933	8.733	92.272
Fiscais	1.692.678	1.012.517	1.457.013	922.267
COFINS	1.534.002	905.208	1.321.717	805.678
PIIS	69.616	18.779	50.896	18.146
PIS sobre ramo habitacional	2.471	-	870	-
IRPJ	43.402	43.444	41.071	41.534
CSLL	42.098	44.821	41.648	42.929
INSS	531	-	513	-
Outras contingências fiscais	558	265	298	135
Trabalhistas	12.209	8.458	10.458	49.840
Total	1.778.441	1.031.889	1.649.404	931.453

(*) Os valores de depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados ao sinistro, cujo valor de R\$ 123.667 (R\$109.444 em 2011). As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2012 são: i. PIS/COFINS: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, sendo que atualmente o processo aguarda julgamento do recurso especial no STJ. Entre maio de 1999 e maio de 2009, a Companhia calculou a COFINS sobre as receitas de prêmio, mais as receitas financeiras e as não operacionais, e efetuou depósitos judiciais apenas sobre as receitas de prêmios, suspendendo o pagamento da parcela incidente sobre as demais receitas amparada por decisão judicial. Todos os valores estão provisionados e, assim como os depósitos judiciais, estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia deixou de provisionar a COFINS sobre as demais receitas, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo, deixou também de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher a COFINS provisionada. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 127.251 (R\$ 110.443 em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. PIS - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999, possuindo decisão favorável em primeiro grau, hoje aguarda decisão de Agravo de instrumento interposto em dezembro de 2010. Entre dezembro de 1997 e janeiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídos provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC, quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, a qual alterou a base de cálculo para todas as receitas pagas. A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS. Entre junho de 1999 e abril de 2010, a Seguradora calculou a COFINS tendo como base de cálculo a totalidade das receitas (receitas de prêmios, financeiras e não operacionais) depositando judicialmente a totalidade do valor apurado e constituindo provisão do mesmo valor. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009 a Seguradora passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS e, a partir de abril de 2010 passou a recolher a COFINS calculada, deixando de efetuar depósitos judiciais. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.631 (R\$ 2.968 em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios a probabilidade de perda é provável. MAPFRE Seguros Gerais: PIS e COFINS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as Seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999 a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. Em junho de 2000 foi proferida a sentença favorável e em novembro de 2000 a União Federal apresentou Recurso de Apelação. Em novembro de 2005 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedir similares (RE nº 346.084/PF, 390.840/MG, 357.950/RS e 358.273/RS), decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas previstas no §1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98. No que pese o entendimento do STF, a Seguradora vinha realizando a provisão dos valores na sua totalidade, nos termos da referida Lei. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela, referente ao período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 97.377, enquanto que o montante de PIS é de R\$ 5.658 (2011 R\$ 81.956 de COFINS e R\$ 3.527 de PIS). Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estão provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Cumpre ressaltar que o STF reconhecera a Repetição Geral da matéria, através do RE nº 609.096. Ainda, em relação a mesma controvérsia jurídica, encontra-se afetado no Plenário do STF o RE nº 400.479. Em março de 2012 o TRF acolheu o Recurso Extraordinário nº 70.911, declarando inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas previstas no §1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98. No que pese o entendimento do STF, a Seguradora vinha realizando a provisão dos valores na sua totalidade, nos termos da referida Lei. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela, referente ao período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.673, enquanto que o montante de PIS é de R\$ 1.836 (R\$ 26.914 de COFINS e R\$ 1.385 de PIS). Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estão provisionados e vêm sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Cumpre ressaltar que o STF reconhecera a Repetição Geral da matéria, através do RE nº 609.096. Ainda, em relação a mesma controvérsia jurídica, encontra-se afetado no Plenário do STF o RE nº 400.479. Em março de 2012 o TRF acolheu o Recurso de Apelação interposto pela União Federal, mantendo a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios, financeiras e não operacionais. Recurso Extraordinário nº 70.911, declarando inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas previstas no §1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98. No que pese o entendimento do STF, que se encontra pendente de apreciação. A Seguradora opôs Medida Cautelar para requerer o efeito suspensivo com a consequente manutenção da inexigibilidade dos créditos. O TRF negou efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário e, ante aquela decisão, foi interposta Medida Cautelar no STF, não conhecida, com a determinação de que os autos fossem remetidos com urgência ao TRF da 3ª Região, em nova análise, deferiu a liminar e concedeu efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário. Foi proposta Execução Fiscal pela União em face da Seguradora no montante de R\$ 581.045 mil, a Seguradora apresentou exceção de pré-executividade, pendente de decisão. Diante do deferimento da liminar que concedeu efeito suspensivo, a Seguradora peticionou ao Juiz da Execução Fiscal e requereu a imediata suspensão do processo judicial. INSS - Incidente sobre a remuneração paga pela Seguradora a autônomos e pró-labore, exigida na forma da Lei Complementar nº 84/96, referente a dezembro de 1996 que foi depositada em juízo conforme autorização judicial. Em processo similar, o STF declarou a constitucionalidade da referida contribuição (ADIN nº 1.432-3 DF), jurisprudence que motivou a classificação o risco como possível. PIS - A Seguradora possui sentença em primeira instância que indefiniu a probabilidade de perda deste mérito como possível. PIS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e atualmente aguarda a decisão judicial sobre a exigência do tributo. Em 2005, a Seguradora obteve liminar para depositar judicialmente o valor discutido os quais são contabilizados no ativo, tendo provisão para contingência constituída no mesmo montante. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar a COFINS sobre as receitas financeiras e não operacionais, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 6.323 (R\$ 4.153 em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. COFINS - A base em autorização judicial obtida em primeira instância, a Seguradora compensou débitos de COFINS com créditos de Seguradora e, contra a decisão de primeira instância, a Seguradora entrou com recurso de apelação, tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 62.187 (R\$ 56.191 em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. Processos administrativos: A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 30.643 (incluso principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não há provisão constituída para esta controvérsia. *ii. INSS:* A controlada MAPFRE Vida S.A. possui processo relacionado ao INSS referente às divergências apontadas pela fiscalização no período de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 62.187 (R\$ 56.191 em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. Processos administrativos: A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 30.643 (incluso principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não há provisão constituída para esta controvérsia. *iii. Outros processos:* A controlada MAPFRE Affinity Seguradora S.A., obteve sentença em 1ª instância para o não recolhimento do PIS referente às Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998. A probabilidade de perda com esse processo foi analisada como remota, motivo pelo qual não foi constituída a provisão para perdas. *iv. Trabalhistas, cíveis, beneficícios e fiscais:* A provisão foi constituída com base na análise dos riscos e histórico de perdas pela Administração.

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

	2012		2011 (*)	
	2012	2011 (*)	2012	2011 (*)
Saldo inicial	1.649.404	-	1.649.404	-
Atualização monetária	103.450	98.843	103.450	98.843
Constituições	187.136	1.572.672*	187.136	1.572.672*
Baixas	(161.549)	(22.111)	(161.549)	(22.111)
Saldo final	1.778.441	1.649.404	1.778.441	1.649.404

(*) Em 2010 a MAPFRE Brasil Participações S.A. não possuía operações e, portanto, não havia saldos em aberto na seguinte data-base, assim todos os saldos iniciais de provisões judiciais das empresas controladas diretas e indiretas foram classificados como "Constituições". O Grupo não divulgou a movimentação das contingências da Controladora, uma vez que possui apenas outras provisões relacionadas à PUT Option conforme demonstrado na Nota 10. Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

	2012			2011		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
I - Fiscais	24	1.807.526	1.692.678	24	1.466.494	1.457.013
Possível	1	344	344	4	465.937	465.937
Provável	23	1.807.182	(*) 1.692.334	20	1.000.557	(*) 991.076
II - Cível	5.510	499.722	73.554	5.193	502.812	181.933
Possível	4.281	471.513	(*) 16.088	3.654	462.092	125.514
Provável	1.229	28.209	57.466	1.539	40.720	(*) 56.419
III - Trabalhistas	147	23.965	12.209	315	61.046	10.458
Possível	89	16.923	(*) 4.189	4	4.872	2.198
Provável	58	7.042	8.020	311	56.174	(*) 8.260
Total	5.681	2.331.213	1.778.441	5.532	2.030.552	1.649.404

(*) Na combinação de negócios com o Banco do Brasil, houve provisão de ações cíveis e trabalhistas classificadas como possíveis e remotas no valor de R\$ 16.370 que não eram provisionadas anteriormente, conforme previsto nos itens 23 e 36 do CPC 15 - Combinação de Negócios emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

P) Outras provisões: Composto da provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado da PUT (Nota 10a).

	2012			2011		
	Quantidade	Valor em Risco	Valor da Provisão	Quantidade	Valor em Risco	Valor da Provisão
Probabilidade de Perda	1	253.844	253.843	1	232.932	232.932

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R\$1.773.953 (R\$1.845.974 em 2011), representado por 1.763.698,029 ações ordinárias sem valor nominal (1.763.698,029 em 2011). No exercício de 2012, houve uma redução de capital social no montante de R\$72.021, representado por 42.175.125 ações ordinárias nominativas, decorrente de uma cisão parcial do patrimônio líquido da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a empresa Clube MAPFRE do Brasil Ltda. A cisão foi aprovada em 29 de junho de 2012 através da 30ª alteração do contrato social do Clube MAPFRE do Brasil Ltda. Durante o exercício de 2011, foi aprovado o aumento de capital da MAPFRE Brasil Participações S.A. no valor de R\$ 595.376 conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2011. Posteriormente, houve um novo aumento de capital no valor de R\$ 1.073.890 conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2011, aumentando o capital de R\$ 595.576 para R\$ 1.669.466. Em 30 de maio de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 176.508, passando para R\$ 1.845.974. A cisão parcial foi realizada por meio da segregação de um acervo líquido da MAPFRE Brasil Participações S.A. integralmente absorvido pelo Clube MAPFRE do Brasil Ltda. composto pelos ativos e participações societárias descritos a seguir: I. R\$ 4.500 representados pelo saldo de contrato de mútuo firmado em 30 de junho de 2011 entre a MAPFRE Brasil Participações S.A. e o Clube MAPFRE do Brasil Ltda.; II. R\$ 2.626.692 ações representativas do capital social da MAPFRE Investimentos e Participações S.A.; III. 4.145.335 quotas representativas de 99,99998% do capital social da Detector Desenvolvimento de Técnicas para Transferência e Administração de Riscos Ltda.; IV. 1.870.337 quotas representativas de 99,99996% do capital social da Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.; e V. 14.219.896 quotas representativas de 99,999993% do capital social da CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"). Em dezembro de 2012 na MAPFRE Brasil Participações, foram pagos dividendos no montante de R\$ 194.468 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 20.707, conforme AGE/AGO de 17 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a MAPFRE Brasil Participações S.A. constituiu "Outras reservas de capital" pelo direito sobre dividendos preferenciais na controlada MAPFRE BB SH2 Participações S.A. no valor de R\$ 335.925 que serão recebidos no decorrer de 2012. c) Reserva de capital: Em 2011 foi constituído em outras reserva de capital da MAPFRE Brasil Participações S.A., o montante de R\$ 766.185, referente a efeitos de combinação de negócio. Onde contempla o valor de R\$ 335.925, pelo direito sobre dividendos preferenciais na controlada MAPFRE BB SH2 Participações que foram recebidos no decorrer de 2012. d) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2012 foi constituído em reserva legal na MAPFRE Brasil Participações S.A. o montante de R\$ 12.359, passando para um valor de reserva total de R\$ 35.904 (R\$ 23.545 em 2011). e) Reservas estatutárias: Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias. A reserva estatutária constituída no final do período foi de R\$ 214.122, passando para um valor de reserva de R\$ 468.034 (R\$ 447.351 em 2011).

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2012			2011		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Despesas (receitas) comercialização	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Despesas (receitas) comercialização
Ramos de Atuação						
Automóvel	2.286.494	1.623.025	498.771	70,98	21,81	
Vida em grupo	1.575.668	716.229	590.902	45,46	34,96	
Prestamista	857.584	218.626	278.311	25,49	32,45	
Responsabilidade civil facultativa	734.359	445.978	100.320	60,73	13,66	
Acidentes pessoais coletivos	379.222	60.119	124.513	15,85	32,83	
Acidentes pessoais passageiros	327.848	14.327	28.770	4,37	53,69	
DPVAT	335.088	295.838	4.962	88,29	1,48	
Penhor rural - instituições financeiras privadas	273.679	51.333	27.286	18,76	9,97	
Seguro agrícola com cobertura do FESR	245.110	207.848	20.902	84,80	8,53	
Riscos diversos	235.300	82.907	120.511	35,23	51,22	
Seguro de vida do produtor rural	199.031	28.639	57.808	14,39	29,04	
Compreensivo residencial	163.262	79.013	61.625	48,40	37,75	
Compreensivo empresarial	147.736	59.168	51.545	40,05	34,89	
Garantia estendida	124.354	44.426	90.870	35,73	73,07	
Doenças graves ou doença terminal	121.463	15.155	42.922	12,48	35,34	
Responsabilidade civil transportador	102.439	72.614	28.770	4,37	28,05	
Assistência e outras coberturas - Auto	66.255	44.190	9.012	66,70	13,60	
Penhor rural - instituições financeiras privadas	54.120	24.664	15.307	45,57	28,28	
Transportes nacionais	47.113	31.636	12.920	67,15	27,42	
Benefícios/produto agropecuário	37.200	20.857	8.997	56,07	24,19	
Créditos domésticos e risco comercial	34.317	81.864	8.796	238,55	25,63	
Riscos nomeados e operacionais	22.174	5.757	2.308	25,96	10,41	
Crédito interno	16.033	21.321	1.340	132,98	8,56	
Transportes internacionais	15.456	1.624	3.492	10,51	22,39	
Acidentes pessoais individuais	6.359	1.334	11	20,98	0,17	
Renda de eventos aleatórios	1.525	124	122	8,13	8,00	
Crédito à exportação - riscos comerciais	190	320	22	168,42	11,58	
Contribuição de risco	4.416	19	5.080	0,43	115,04	
Demais ramos	1.598.071	868.344	202.148	54,34	12,65	
Total	10.011.868	5.117.299	2.505.548	51,11	25,03	

	2012			2011		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Despesas (receitas) comercialização	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Despesas (receitas) comercialização
Ramos de Atuação						

✱ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

A seguir demonstramos o balanço a valor justo:			
ALIANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.	ALIANÇA REV. PARTICIPAÇÕES S.A.		
Disponível	24.463	Disponível	5.917
Aplicações (i)	2.287.525	Aplicações (i)	1.024.395
Créditos das operações com seguros e resseguros (i)	341.281	Créditos das operações com seguros e resseguros (i)	715.894
Créditos das operações com previdência complementar	–	Créditos das operações com previdência complementar	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	150.281	Ativos de resseguro - provisões técnicas	86.909
Títulos e créditos a receber	821.102	Títulos e créditos a receber	446.161
Outros valores e bens	1.459	Outros valores e bens	42.816
Despesas antecipadas	1.820	Despesas antecipadas	85.043
Custos de aquisição diferidos	138.218	Custos de aquisição diferidos	145.052
Investimento	7	Investimento	2.816
Imobilizado	15.089	Imobilizado	2.136
VOBA (ii)	1.238.044	VOBA (ii)	218.840
Canais de distribuição (ii)	2.268.703	Canais de distribuição (ii)	56.637
Outros intangíveis	8.706	Outros intangíveis	10.274
Total do ativo a valor justo	7.296.699	Total do ativo a valor justo	2.842.890
Contas a pagar	(95.808)	Contas a pagar	(110.417)
Passivo diferido	(1.348.005)	Passivo diferido	(85.759)
Débitos de operações com seguros e resseguros (i)	(344.018)	Débitos de operações com seguros e resseguros (i)	(123.193)
Débitos de operações com previdência complementar	–	Débitos de operações com previdência complementar	–
Depósitos de terceiros	(41.631)	Depósitos de terceiros	(8.628)
Provisões técnicas - seguros	(1.644.654)	Provisões técnicas - seguros	(1.493.396)
Provisões técnicas - previdência complementar	–	Provisões técnicas - previdência complementar	–
Outros débitos (i)	(121.784)	Outros débitos (i)	(326.080)
Débitos diversos	(475.481)	Débitos diversos	(10.665)
Total do passivo a valor justo	(4.071.381)	Total do passivo a valor justo	(2.158.138)
Patrimônio líquido a valor justo	(3.225.318)	Patrimônio líquido a valor justo	(684.752)
Total do passivo e pl a valor justo	(7.296.699)	Total do passivo e pl a valor justo	(2.842.890)
d) Ativos e passivos identificados - tangíveis e intangíveis: Os ajustes a valor justo demonstrados nos balanços acima estão descritos a seguir: i) Tangíveis: O valor justo das aplicações de R\$ 3.311.920 é composto por R\$ (2.112) de ajustes de valor justo de ativos financeiros. O valor justo de crédito das operações de seguros e resseguros de R\$ 1.057.175 é composto pelo valor justo de prêmios a receber de seguros diretos. O valor contratual bruto de prêmios a receber é de R\$ 1.007.018 dos quais se espera que R\$ 14.722 não sejam cobráveis. O valor justo de débitos das operações com seguros e resseguros de R\$ 467.211 é composto pelo valor justo de comissões a pagar. Um passivo contingente de R\$ 136.436 foi reconhecido referente aos processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários com probabilidade de perda “possível” e “remota” capazes de serem mensurados de forma confiável pelos Assessores Jurídicos. Para esses processos foram aplicados os percentuais de 50% e 5%, respectivamente, sobre os valores estimados para efeitos de ajustes a valor justo. ii) Intangíveis: O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos é de R\$ 3.782.223 incluindo os valores de VOBA e Canais de Distribuição oriundos da aquisição das empresas do Banco do Brasil. Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 13, os quais foram definidos com base no estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente. Durante o exercício de 2011, os valores amortizados usando o método exponencial durante sua vida econômica estimada totalizaram R\$ 180.728. O valor justo da participação de não controladores foi estimado aplicando os percentuais de participação da BB Seguros Participações S.A. nas empresas SH1 e SH2, respectivamente de 74,99% e 50% sobre os valores de ativos de passivos identificados a valor justo e dos intangíveis VOBA e Canais de Distribuição totalizando em R\$ 1.580.622. Conforme CPC 15 - Combinação de Negócios emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, o adquirente deve, em suas demonstrações financeiras, reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, o adquirente também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Em 30 de junho de 2012, os tangíveis e intangíveis adquiridos pela MAPFRE em 30 de junho de 2011 devido à combinação de negócios foram ajustados gerando o seguinte impacto:			
Saldo em 30 de junho de 2011			
Valor justo da contraprestação (carteiras de seguros)	2.330.169		
Patrimônio Líquido	801.369		
Total Contraprestação líquida	1.528.800		
Ajustes das contas de balanços (i)	(31.794)		
Total de intangíveis (ii)	1.011.367		
	979.573		
Ágio	549.227		
Total	1.528.800		

DIRETORIA

Diretor Presidente Wilson Toneto	Diretor Vice-Presidente Marcos Eduardo dos Santos Ferreira	Diretor Eliseo João Vicianá
--	--	---------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **MAPFRE Brasil Participações S.A.** São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (“MAPFRE”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A Administração da MAPFRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da MAPFRE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

BB ALIANÇA PARTICIPAÇÕES Ativo	Efeitos de Combinação	BB ALIANÇA REV. PARTICIPAÇÕES Ativo	Efeitos de Combinação
Aplicações (i)	(1.815)	Aplicações (i)	(297)
Créditos das operações com seguros e resseguros (i)	(2.443)	Créditos das operações com seguros e resseguros (i)	(26.866)
VOBA (ii)	148.074	VOBA (ii)	52.856
Canais de Distribuição (ii)	717.627	Canais de Distribuição (ii)	92.810
Total Ativo	861.443	Total Ativo	118.503
Passivo		Passivo	
Débitos de operações com seguros e resseguros (i)	475	Débitos de operações com seguros e resseguros (i)	4.036
Outros débitos (i)	(3.303)	Outros débitos (i)	(1.581)
Total Passivo	(2.828)	Total Passivo	2.455
Ajustes das contas de balanços (i) Intangíveis (ii)	(7.086)	Ajustes das contas de balanços (i) Intangíveis (ii)	(24.708)
Total ajustes	865.701	Total ajustes	145.666
Total de ativos e passivos identificáveis MAPFRE	858.615	Total de ativos e passivos identificáveis - Não controladores	120.958
Goodwill			979.573
Total			(2.695.430)
			549.227
			1.528.800

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos é de R\$ 4.383.423 incluindo os valores de VOBA e Canais de Distribuição oriundos da aquisição das empresas do Banco do Brasil. Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos e valores apresentados na nota Nota 13, o montante líquido dos efeitos apresentados na Nota 13 é de R\$ 3.728.922 (R\$ 4.202.695 em 2011).

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Grupo proporciona plano de previdência complementar a seus colaboradores que é administrado pela MAPFRE Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Em 2012, as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 2.967 (R\$ 2.803 em 2011).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo, o Banco do Brasil S.A. e as empresas a ele ligadas, as empresas do Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, o Grupo mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros dos ramos saúde e auto, títulos de capitalização, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). O BESEC Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual o Grupo, por meio das controladas Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil, tem operações desde 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica “Outras despesas operacionais”. Ademais, a BB Corretora atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os ao Grupo somente após um período definido contratualmente. Com as empresas do Grupo, as operações referem-se basicamente à contratação de seguros, à intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, à administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Remuneração do pessoal-chave da administração: É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. A Administração identificou como partes relacionadas à SH1 e SH2, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. **Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Grupo empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

				2012				
Empresas	Ativos	Passivos	Receitas	Despesas				
Banco do Brasil	42.821	9.628	60.016	193.723				
BB Corretora	1.797	259.389	14.339	1.007.293				
BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	279	–	30.731				
BB Turismo	5	–	3	1.860				
BESEC Clube	–	495	–	1.859				
Brasil Saúde	–	–	–	3.306				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	–	131	449	571				
MAPFRE RE do Brasil	12.291	15.565	46.463	39.223				
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	2.947	4.139	17.519	9.638				
BB Administradora de Cartões de Crédito	–	14	–	2.744				
BB Previdência Privada - Fundo de Pensão do Banco do Brasil	–	–	33	–				

				2011				
Empresas	Ativos	Passivos	Receitas	Despesas				
Banco do Brasil	6.757	17.988	18.722	195.185				
BB Corretora	–	96.607	11.314	715.399				
BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	407	685	407	23.107				
BB Previdência Privada - Fundos de Pensão	210	–	210	–				
BB Turismo	22	–	24	–				
BESEC Clube	–	751	–	2.897				
Brasil Saúde	–	–	–	2.752				
BrasilCap	14	–	–	16				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	452	–	452	–				
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	4.089	6.388	11.253	12.882				
MAPFRE RE do Brasil S.A.	2.130	12.268	23.641	9.229				
MAPFRE S.A.	7	–	7	–				

28. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Para fins de consolidação, demonstramos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido com os ajustes e eliminações efetuados:

			2012					2011				
			%	Base	Patrimônio líquido	%	Base	Patrimônio líquido	%	Base	Patrimônio líquido	
Patrimônio líquido (1) - MAPFRE Brasil Participações S.A.				3.046.724	3.046.724		3.087.369	3.087.369				
Empresas												
MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.	100,00%	48.572	48.572	100,00%	43.182	43.182						
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	100,00%	20.586	20.586	100,00%	19.831	19.831						
MAPFRE Capitalização S.A.	100,00%	17.993	17.993	100,00%	23.952	23.952						
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundo Ltda.	0,00%	–	–	100,00%	53.050	53.050						
Detector Desenvol. Técnicas Transf. e Adm. de Riscos	0,00%	–	–	100,00%	4.000	4.000						
Cesvi Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	0,00%	–	–	99,99%	10.611	10.610						
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	0,00%	–	–	9,90%	43.182	4.275						
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	25,01%	2.604.130	651.293	25,01%	2.456.830	614.453						
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	50,00%	2.325.030	1.162.515	50,00%	2.456.830	1.228.415						
(2) - Participações societárias		5.016.311	1.900.959		5.111.468	2.001.768						
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	25,01%	3.117.910	779.789	25,01%	3.355.241	839.146						
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	50,00%	110.705	55.353	50,00%	264.279	132.140						
<i>Goodwill</i> - BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	100,00%	327.419	327.419	100,00%	333.849	333.849						
<i>Goodwill</i> - MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	100,00%	154.131	154.131	100,00%	215.378	215.378						
(3) - Ajuste de Avaliação Patrimonial		3.710.166	1.316.692		4.168.747	1.520.513						
Participações em empresas investidas			(1.900.959)			(2.001.768)						
Ágio na aquisição de empresas			(1.316.692)			(1.520.513)						
(4) - Eliminações de Participações societárias					(3.217.651)	(3.522.281)						
(5) - Patrimônio da Controladora (1 + 2 + 3 + 4)					3.046.724	3.087.369						
(6) - Participação de não controladores					4.001.801	4.295.987						
(7) - Patrimônio líquido Consolidado (5 + 6)					7.048.525	7.383.356						

29. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Para fins de consolidação, demonstramos a seguir a reconciliação do resultado com os ajustes e eliminações efetuados:

			2012					2011				
			%	Base	Lucro líquido	%	Base	Lucro líquido	%	Base	Lucro líquido	

Lucro líquido (1) - MAPFRE Brasil Participações S.A.				247.188	247.188		470.896	470.896				
Empresas												
MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.	100,00%	1.256	1.256	100,00%	1.256	1.256						
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	100,00%	1.150	1.150	100,00%	1.150	1.150						
MAPFRE Capitalização S.A.	100,00%	4.294	4.294	100,00%	4.294	4.294						
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundo Ltda.	0,00%	–	–	100,00%	198	198						
Detector Desenvol. Técnicas Transf. e Adm. de Riscos	0,00%	–	–	100,00%	(914)	(914)						
Cesvi Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	0,00%	–	–	99,99%	277	277						
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	0,00%	–	–	9,90%	13.493	1.336						
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	25,01%	670.675	167.736	25,01%	352.878	88.255						
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	50,00%	213.752	106.876	50,00%	63.150	31.575						
(2) - Participações societárias		891.127	281.312									